



Европейски парламент Parlamento Europeo Evropský parlament Europa-Parlamentet Europäisches Parlament
Euroopa Parlament Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο European Parliament Parlement européen Parlaimint na hEorpa
Europski parlament Parlamento europeo Eiropas Parlaments Europos Parlamentas Európai Parlament
Parlament Evropew Europees Parlement Parlament Europejski Parlamento Europeu Parlamentul European
Európsky parlament Evropski parlament Euroopan parlamentti Europaparlamentet

S. E. a Procuradora-Geral da República (PGR)
Dra. Joana Marques Vidal

Bruxelas, 17 de Setembro 2015

Assunto: Atuação da polícia de Angola em território português

Seu Excelência Procuradora-Geral da República,

Foi noticiado recentemente no site MakaAngola que dois agentes da investigação criminal angolana, o Dr. Pedro da Graça Vandúnem João, do Serviço de Investigação Criminal, e o Dr. Luciano Chaca, vice-procurador-geral da República de Angola, se deslocaram a Portugal para proceder a um interrogatório, no âmbito de um processo judicial, a um cidadão angolano, o professor Alberto Neto, residente na Suécia. O Professor Neto teria sido contactado antes por um membro do Serviço de Investigação Criminal (SIC) de Angola e afirmado que estava em Lisboa.

Os representantes das autoridades angolanas trouxeram consigo um documento do Ministro do Interior, Ângelo de Veiga Tavares, que os autorizava a levar a cabo a operação, isto é, a interrogar Alberto Neto fora do território angolano. Contudo, não forneceram a Alberto Neto, a seguir ao interrogatório, qualquer documento acerca das suas declarações.

A propósito do sucedido, solicito os seguintes esclarecimentos:

1 - Teve a PGR conhecimento da realização de um interrogatório levado a cabo por autoridades angolanas em território português? Foram a PGR ou o Governo previamente notificados? Houve autorização por parte de autoridades portuguesas para ocorrência desse ato processual em Portugal?

2 - Se não houve conhecimento prévio, tomou a PGR alguma iniciativa no sentido de pedir explicações à PGR angolana e iniciou, ou vai iniciar, procedimentos contra os agentes do Estado angolano que violaram a soberania portuguesa e o direito internacional?

Com os meus mais cordiais cumprimentos

Ana Gomes

Ana Gomes
Deputada ao Parlamento Europeu